



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2019.

(Do Srs. Edmilson Rodrigues, Glauber Braga e Ivan Valente)

*Requer a realização do XVI Seminário
LGBTQI+ do Congresso Nacional.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII combinado com 32, IX do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do XVI Seminário LGBTQI+ do Congresso Nacional, no dia 27 de junho de 2019.

JUSTIFICATIVA

Em 28 de junho, comemora-se o Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+. A data é um marco da luta pelos direitos da população LGBTQI+, em razão de um episódio conhecido como Levante de Stonewall, que aconteceu nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn, bar no bairro de Greenwich Village, em Nova York, nos Estados Unidos.

Naquele dia, um grupo de lésbicas, travestis, gays, bissexuais e *drag queens*, muitas delas afrolatinas, enfrentaram o aparato repressivo do Estado e iniciaram uma rebelião que lançaria as bases para o movimento pelos direitos civis desta população nos Estados Unidos e no mundo. O confronto durou seis dias e foi uma resposta às ações arbitrárias da polícia, que frequentemente promovia batidas e revistas humilhantes em bares da cidade.

Nesses cinquenta anos, desde o Levante de Stonewall, a população LGBTQI+ continua a sofrer grande discriminação e perseguição por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Se por um lado, é possível contabilizar vitórias; por outro, a violência, institucional ou perpetrada nas ruas, ainda é uma realidade em muitas partes do mundo. Atualmente, a homossexualidade é crime em 73 países e 13 dessas nações preveem pena de morte.

No Brasil, o movimento LGBTQI+ também ganha força a partir dos anos 70, em meio à ditadura militar (1964-1985), enquanto o Estado monta aparato de controle moral para reprimir, censurar, perseguir, deter arbitrariamente e assassinar pessoas lidas como “subversivas”, de comportamento “desviante” ou “anormal”. Ou seja, ainda que não fossem necessariamente “comunistas”, essas pessoas também foram severamente vitimadas pela ditadura. E esta é a memória que agentes públicos têm insistentemente tentado negar e apagar.

De acordo com os dados de 2017 do Grupo Gay da Bahia (GBB), um LGBTQI+ é assassinado a cada 19 horas em território brasileiro. Em todo o mundo, somos o país que mais mata mulheres trans – travestis e transexuais. E é importante destacar que esse monitoramento é realizado por estudiosos e militantes numa tentativa de lutar contra a invisibilidade dos dados oficiais, visto que as instituições públicas do país não possuem estatísticas consistentes sobre essa população, no que tange à demografia e também às violências sofridas.

Até 1985, o Conselho Federal de Medicina considerava a homossexualidade um “desvio ou transtorno sexual”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças somente em 1990. Teorias médicas e psicológicas trataram durante décadas a homossexualidade como uma doença mental que poderia ser curada através de métodos de tortura, como a castração, a terapia de choque, a lobotomia e os estupros corretivos.

Quase trinta anos depois, somente em 2018, a Organização Mundial de Saúde deixa de classificar como “doença mental” a transgeneridade e a questão das identidades de gênero. Esse foi um passo decisivo para superar o equívoco da patologização de uma vez das identidades trans, mas estas ainda permanecem sendo

tratadas como “incongruência de gênero” e são alvo constante de desinformação e campanhas difamatórias e odiosas.

Paradoxalmente, o Brasil avança por meio do Poder Judiciário em direitos como o casamento civil igualitário, adoção, alteração de nome e registro de sexo, reconhecimento de que há uma violência específica contra LGBTQI+. Contudo, ainda hoje, têm força na sociedade e no Parlamento teorias que buscam legalizar a imposição da violência e do sofrimento por meio de terapias de reversão ou “cura gay”, proibir discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, censurar manifestações artísticas e até criminalizar o uso de banheiros por pessoas trans.

A realização deste XVI Seminário, portanto, que felizmente se consolida como uma tradição do Parlamento Brasileiro e desta Comissão, é uma excelente oportunidade para deputados e deputadas eleitas, bem como a sociedade em geral, acessarem a atualidade dos debates LGBTQI+, estabelecerem diálogos legislativos democráticos e se comprometerem com a defesa dos direitos civis, sociais e trabalhistas, das liberdades e do respeito à diversidade e à dignidade humana.

No que tange à Comissão de Educação, reforçamos a importância de que o colegiado participe, junto a outras comissões, desse evento, sobretudo porque o debate sobre gênero e sexualidade envolve hoje, de forma decisiva, o ambiente escolar, a Base Nacional Comum Curricular e, antes, o Plano Nacional de Educação, haja vista a quantidade de proposições despachadas a esta comissão que têm esse escopo temático.

Estão eminentemente ligadas às escolas e à educação de modo geral as discussões que envolvem orientação sexual e identidade de gênero, nome social, uso de banheiro por crianças e adolescentes trans, bullying e evasão escolar e suicídios. Não por acaso, debate-se nesta Casa e em diversas casas legislativas em todo o país propostas que afetam diretamente os direitos à educação e a uma vida sem violência por parte da população LGBTI. Uma das primeiras ações do Ministério da Educação no atual governo foi extinguir a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o que poderá agravar os problemas.

Isto posto, requeremos dos ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala de Reuniões, ____ de abril de 2019.

Edmilson Rodrigues
PSOL-PA

Glauber Braga
PSOL-RJ

Ivan Valente
PSOL-SP